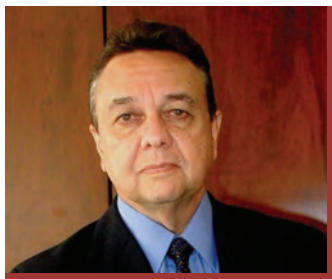


## Diário de bordo

## Contrastes



Roberto Rodrigues\*

N O DIA 23 de janeiro passado, a Escola Superior de Agricultura “Luis de Queiroz” comemorou uma significativa marca: diplomou seu 10.000º engenheiro agrônomo em sua história de 107 anos. Aliás, a Universidade de São Paulo, da qual a Esalq foi uma das fundadoras, celebra este ano seu 75º aniversário, ou seja, a Esalq é 32 anos mais antiga que a própria USP.

É indiscutível o extraordinário papel que o engenheiro agrônomo vem desempenhando na história recente em favor do desenvolvimento do agronegócio brasileiro. Com um imenso leque de diversificações profissionais - desde a pesquisa, passando pelo ensino, a extensão rural, a agregação de valor, o associativismo, as questões essenciais da sustentabilidade, a formulação de políticas públicas, a gestão rural, o planejamento estratégico - esses profissionais sempre se destacaram e continuam avançando em todos os campos.

Organizações como a Cati, o Instituto Agronômico de Campinas, o Instituto Biológico, a Embrapa, o antigo sistema Embrater, entre tantas outras formidáveis alavancas do agronegócio, jamais teriam existido sem o engenheiro agrônomo. E, portanto, sem ele, não teríamos alcançado o elevado padrão de competitividade no campo. E a Esalq tem sido, nesta longa jornada, um celeiro de formação desses técnicos cuja nobre missão desenvolvimentista é indispensável.

Enquanto a bela solenidade de formatura se realizava em Piracicaba, eram publicados pela mídia brasileira informações sobre os empregos no país.

Pelos dados publicados, ficamos sabendo que, em 2008, 1,452 milhão de postos de trabalho foram abertos no Brasil, 165 mil a menos que no ano anterior. O ano terminou com 30,418 milhões de empregos com carteira assinada, cerca de 5% a mais que os de 2007.

Sabe-se que 37% de todos os empregos formais do país são gerados pelo agronegócio. No entanto, no ano passado, o setor foi o terceiro colocado na abertura de novos postos (198.000), atrás de serviços (648.000), comércio (382.000) e empatado com a construção civil.

Se usarmos os dados específicos do setor primário, sem a indústria de transformação, veremos que a agricultura e a silvicultura, separadamente, criaram 18,2 mil vagas, quase 3 mil a menos que em 2007.

O que se pode concluir desses números - sabendo-se que a agropecuária brasileira cresceu em 2008 em comparação a 2007, seja em termos de volumes físicos de produção (132 mi/ton em 2007 e 143,8 mi/ton em 2008), seja em termos de valor da produção (de 223 bilhões de reais para 297 bilhões)?

Ficam claras pelo menos duas conclusões: a primeira é que a crise financeira global pegou pesado no campo. Tanto é verdade que o campo foi o segundo segmento que mais fechou postos de trabalho em dezembro, atrás apenas da indústria de transformação, embora isso não seja excepcional nesta época.

E a segunda é a crescente mecanização: o campo produz cada vez mais com menos gente, o que é positivo economicamente e negativo socialmente.

Agrônomos ajudam a competir. Competição reduz empregos. Contrastes da vida real. ■

\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

## Produzir

## Fora de hora



Cesário Ramalho da Silva\*

D ECRETO DO governo do estado de São Paulo, publicado no dia 07 de fevereiro, criou facilidades para recomposição da Reserva Legal no estado. De acordo com o texto, a Reserva Legal poderá ser recomposta fora da propriedade, com o produtor rural arrendando floresta de terceiros que estejam na mesma bacia hidrográfica e com a mesma importância ambiental.

Além disso, o decreto possibilita que a RL seja recomposta, no limite de 50%, com espécies exóticas, de uso econômico, como eucalipto e seringueira. Entretanto, a outra metade precisa ser de espécie nativa.

Apesar desses avanços, o decreto é inoportuno, pois tenta regulamentar, no âmbito jurídico estadual, matéria em discussão na esfera federal., o Código Florestal Brasileiro, que apresenta problemas e que precisa ser alterado.

O decreto determina um processo de reflorestamento aos produtores paulistas, justamente em um momento de crise financeira. Mais que isso, impõe uma obrigação que, de repente, poderá ser alterada, haja vista a necessidade de atualização do Código Florestal, o que provocará gastos desnecessários aos produtores.

O texto do decreto paulista desconsidera, ainda, parques, estações ecológicas e demais áreas de proteção ambiental - que são florestas -, para que São Paulo atinja os 20% de RL hoje ainda exigidos por lei.

## Opinião

## Pessoas fazem a diferença

## Modernização do Código

A modernização do Código Florestal precisa diagnosticar o critério usado para o cálculo dos percentuais exigidos para RL, que, na nossa opinião não tem respaldo científico. Soma-se a isso, que, em muitos casos, as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e RL se sobrepõem, o que justifica a incorporação das APPs no cálculo da RL. Tanto APPs quanto RL têm como princípios fundamentais a proteção à biodiversidade e o abrigo à fauna e flora.

O Código Florestal está sendo objeto de estudo de lideranças do setor rural. A ideia é que seja consolidado um documento que possa ser entregue ao Congresso Nacional, o único fórum que tem legitimidade para dirimir a questão.

O fato é que, se a legislação ambiental for aplicada à risca, 68% do território nacional estarão bloqueados, restando para todos os usos, sejam eles urbanos, industriais, agrícolas e transportes, apenas 32% do País, revelou recentemente estudo da Embrapa. O Brasil já utiliza área muito superior a essa.

Para cumprir a legislação vigente, teríamos de paralisar todos os empreendimentos que iriam ocupar novas áreas e devolver à natureza muitas das áreas que ocupamos atualmente. Tomando-se como exemplo a área rural, grande parte da produção de maçã em Santa Catarina, de café em Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo, e de arroz no Rio Grande do Sul não poderia continuar existindo.

Na verdade, não há no mundo nenhuma nação que reserve para proteção da natureza porcentual sequer próximo ao mencionado. Se o fizermos, a deterioração da balança comercial seria rápida, comprometendo completamente a economia nacional. Por isso, o ajuste do Código Florestal à realidade brasileira é imprescindível. ■



João Sampaio\*

EM MEIO à crise internacional, entender os fundamentos dos setores é imprescindível para permanecermos no negócio. Com os preços das *commodities* ao sabor dos ventos dos mercados e das curvas de imersão das Bolsas de Valores, as análises devem se voltar para as estruturas que formam o agronegócio brasileiro. Por isso, faço uma justa homenagem aos homens que contribuíram das mais diferentes maneiras para a sua formação dos fundamentos que dão suporte à nossa atividade.

Não poderia enumerar todos aqueles que pavimentaram o caminho ascendente do setor, mas procurarei trazer três deles à luz do conhecimento. Há que se considerar que o grande salto da inserção brasileira no competitivo mercado internacional de *commodities* agrícolas e produtos alimentícios processados deu-se nos últimos 15 anos.

No período de 1998 a 2008, as exportações do agronegócio foram de US\$ 21,5 bilhões para US\$ 71,8 bilhões, com mudanças no perfil dos produtos exportados e a pulverização dos destinos. Há dez anos, 40% das vendas externas destinavam-se aos países da União Européia, hoje são 33%. A China representava apenas 2,7%, hoje 11%. A Europa Oriental saltou de 3% para 7%.

Parte desse trabalho deve-se ao ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luís Fernando Furlan que, além de atuar com a sua família no

setor de avicultura, abriu para os produtos brasileiros numerosos novos mercados. Juntem-se a ele outros nomes no setor de carnes. A construção da diversidade de mercados é importantíssima para o setor neste momento de crise e faz parte dos fundamentos de sustentação da nossa balança comercial.

Outro nome de relevância nessa construção é Cícero Junqueira Franco, um dos idealizadores do Proálcool, criado em 1975, que transformou a região de Ribeirão Preto com a fundação de usinas e cooperativas. Pioneiro no pensamento e na ação em busca de energia renovável, ele deve ser lembrado por estabelecer fundamentos para o setor sucroalcooleiro, com novas tecnologias e usos alternativos para a cana-de-açúcar. Com a gramínea se produz açúcar, etanol, energia, e seus restos servem para alimentação animal nos grandes confinamentos do estado de São Paulo. Idéia de pioneiros.

Na mesma linha, acrescento o nome de Geraldo Diniz Junqueira, um dos 59 fundadores da Carol (Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia), em 1963. Sua obstinação foi capaz de estabelecer o perfil agrícola de uma das regiões mais prósperas do País, com o cultivo e a industrialização da cana-de-açúcar, a criação de gado e a produção de grãos espalhada nos campos do norte do estado, indo até as terras de Minas Gerais. A Carol reflete a diversificação da agricultura paulista, a produção no estado de São Paulo, onde 80% das exportações passam por processo de manufatura.

O colorido de atividades agrícolas é que forma os alicerces do setor no País, graças às iniciativas dos homens do agronegócio mencionados, que juntos com outros anônimos estabeleceram e estabelecem os seus fundamentos. Em chinês, a palavra crise compõe-se de dois caracteres: perigo e oportunidade. Em ambos, os fundamentos são determinantes, e as pessoas e suas ações fazem a diferença. ■

\* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

\* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)